

A economia na Nova República

UMA POLÍTICA econômico-financeira saneadora, disciplinadora, reorientadora de investimentos públicos e destinada a uma série de reajustes instrumentais, mas sem nenhum propósito de provocar choques traumáticos ou mudanças turbulentas, é a que anuncia o Governo Tancredo Neves através do discurso realista, prudente e tranqüilizador do novo Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles.

O GRANDE desafio consiste em conciliar a reversão do processo inflacionário — tarefa sagrada — com o crescimento econômico e a manutenção das contas externas. Dornelles apresenta-se determinado a decifrar o enigma com uma política monetária e fiscal que apesar de sua melhor disciplina, particularmente no controle dos gastos públicos, não será de nenhuma maneira recessiva. Assim, sem despedir-se dos instrumentos que permitem uma execução financeira orgânica, controlada e equilibrada, o Governo Tancredo Neves dirigirá prioritariamente a oferta de moeda e crédito de fato disponíveis para as atividades que ao mesmo tempo se fazem indispensáveis ao desenvolvimento brasileiro e às necessidades básicas do povo: produção de alimentos essenciais, criação de empregos, exportações e substituição de importações.

O PRONUNCIAMENTO do Ministro Francisco Dornelles tranqüiliza todos os setores envolvidos no processo econômico sadio. Produtores, consumidores, empresários, assalariados, investidores, poupadões, nenhuma das categorias que não viva da simples especulação financeira terá motivos para sobressaltar-se com a estratégia a ser posta em prática daqui por diante. As correções e os reajustes virão ao sabor de orientações e medidas afinadas com a realidade, preocupadas inclusive em não semear motivos de incerteza e insegurança, as quais só contribuem para acrescentar complicadores à crise.

A ELIMINAÇÃO dos artificialismos financeiros representa

um imperativo óbvio, embora aí estejam alimentando a inflação, transformando a dívida pública numa bola de neve sem tamanho. Não se pode acusar de ortodoxia monetarista uma política, como a de Dornelles, que em vez de uma oferta de crédito público e privado baseada quase que exclusivamente nas emissões excessivas de moeda pretende substituí-la pela provisão de poupanças internas. Tampouco a empresa privada nacional ("não há sociedade justa e pluralista assentada num setor privado fraco e dependente de recursos do Governo") deve continuar vivendo tão à mercê de financiamentos tornados escorchantes e desestabilizadores pelas altas taxas de juros.

NA VERDADE, estamos longe de uma estratégia exclusivamente monetária e fiscal de combate à inflação. Dornelles considera por exemplo imprescindível atuar sobre as condições irregulares do mercado, a fim de chegar-se à estabilidade no abastecimento e nos preços. Naturalmente não está em cogitações um controle de preços generalizado e prolongado, "mas não se pode tolerar o ambiente exacerbado de expectativas irreais de inflação futura".

O ESTÍMULO à capacidade brasileira de poupar, tendo em vista sobretudo a atual rarefação de recursos externos, encontra-se na primeira linha das diretrizes do Ministério Dornelles. Ao contrário de certas versões postas maldosamente em circulação, a poupança popular merecerá cuidados especiais, com o Governo remunerando de forma adequada os poupadões, isto é, garantindo-lhes uma correção monetária ao nível da taxa de inflação e protegendo-os ainda, através de legislação mais eficaz, contra as ações lesivas de instituições financeiras.

TRATA-SE de uma orientação que aproveitará todo o bom legado da política econômico-financeira até aqui vigente. O comércio exportador, por exemplo, não deixará de ser considerado instrumento básico para remover

se o estrangulamento externo, e por consequência continuarão sendo aplicados os mecanismos cambiais e outros graças aos quais temos conseguido excelentes superávits na balança comercial.

CERTOS objetivos do novo Governo correspondem, mesmo, a projetos já delineados pelo Governo Figueiredo, que por diversas razões não puderam ser concretizados ou desenvolvidos. É o caso da reforma tributária, para que retornemos ao federalismo fiscal através de uma melhor distribuição de encargos entre a União, os Estados e os Municípios. É o caso também da unicidade e universalidade orçamentária, para que ponhamos termo a essa "ficção contábil" em que se converteu o orçamento monetário brasileiro, e, como tal, matriz de tantas e tão graves distorções e extrações no comportamento do setor público e na economia em geral.

OS TEMPOS da Nova República já não admitem, aliás, que o orçamento pertença apenas ao Governo. O orçamento deve ser também do Congresso e de toda a sociedade. Para isso há que "devolver-se ao Legislativo a prerrogativa institucional de autorizar e controlar todos os tipos de despendos públicos". A estrutura de representatividade democrática do regime estaria incompleta e inconsistente sem a reincorporação dessa viga-mestra.

NO QUE RESPEITA à dívida externa, o Ministro da Fazenda além de informar que ela hoje atinge a cifra gigantesca de US\$ 103 bilhões assegura que será paga integralmente. O Governo Tancredo Neves não deseja, também nessa matéria, voltar as costas à realidade, nem tampouco às responsabilidades e à credibilidade internacionais do País. O clima de distensão e confiança no qual o discurso de Dornelles envolve as expectativas dos brasileiros se estende, igualmente, às expectativas internas permitindo que diante destas nos comportemos como uma nação ética, organizada e civilizada.